

## TRABALHO

# Política de emprego não beneficia mais pobres

*Especialistas constata-  
m que recursos oficiais  
não contribuem para  
reduzir pobreza no País*

ADRIANA CHIARINI  
e SÔNIA ARARIPE

**R**IO - A parcela mais pobre da população não está sendo beneficiada pelas políticas de emprego e renda desenvolvidas pelo governo. Essa foi a conclusão dos participantes do seminário "Soluções para a questão do emprego" do Fórum Nacional, realizado ontem na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Edward Amadeo, ex-ministro do Trabalho, hoje secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, informou que os R\$ 101 bilhões repassados pelo governo, na forma de seguro-desemprego e abonos, não chegarão aos desempregados que mais precisam desses recursos. "No caso do seguro-desemprego, apenas 12% dos que recebem o benefício estão realmente sem qualquer emprego", declarou Amadeo.

O chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio



Dida Sampaio/AE - 9/7/1998

*Amadeo: Seguro-desemprego não beneficia maioria desempregada*

**A**UMENTO  
DO MÍNIMO  
NÃO REDUZ A  
POBREZA

lio Vargas  
(FGV), Marcelo  
Neri, disse que a  
crise de emprego  
é metropolitana  
e não alcança os  
mais pobres.

Segundo Neri,  
a pobreza não  
aumentou no período  
de 96 a 99,

apesar de o desemprego ter crescido e a renda ter diminuído neste período. Nas regiões mais pobres do País, como o Nordeste, lembrou o economista da FGV, o desemprego é menor e a informalidade é maior.

"Quem fica desempregado é quem pode se dar a esse luxo",

declarou Neri. "O pobre cai na informalidade." Para ele, o debate está voltado de forma inadequada para o desemprego. Ele lembra que 55% dos brasileiros são de famílias com um chefe trabalhando por conta própria (34,43%) ou com emprego informal (20,48%).

**Salário mínimo** - Outro especialista em renda e trabalho, o economista Ricardo Paes e Barros, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), disse que o impacto de um aumento no salário mínimo não seria muito grande para reduzir a pobreza no País. Estudo feito por ele mostra que aumen-

to de 15% do salário mínimo reduz a pobreza em apenas 1%. O pesquisador do Ipea sugeriu maior descentralização na execução das políticas públicas. Uma delas é passar para as empresas a lista de trabalhadores cadastrados à procura de emprego.

O convidado internacional do seminário, diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Eddy Lee, disse que a exigência de qualificação tende a ser cada vez maior para encontrar-se emprego e manter-se no mercado de trabalho. Para Lee, as previsões de que alta tecnologia iria acabar com o emprego falharam, porque não consideraram a absorção de mão-de-obra por pequena empresa e por novas áreas na economia, como as indústrias de alta tecnologia. Previsão internacional indica que o crescimento das indústrias de alta tecnologia até 2008 será de 10% ao ano, isto é, "consideravelmente maior" que o crescimento da economia em geral.

O presidente do BNDES, Francisco Gros, disse que, de janeiro a agosto, os financiamentos do banco geraram 1,5 milhão de empregos. Em 1999, o número de empregos criados e mantidos chegou a 2,8 milhões. Gros falou sobre a importância da geração de empregos para o BNDES, especialmente no caso de micro, pequenas e médias empresas.